

## ***Choque e mentalidades na agropecuária***

[Conservadorismo ligado à tradição escravocrata e novas pesquisas do setor estão em campos opostos]

[Parlamentares preferem a forma mais regressiva de subsídio já inventada]

É gigantesco o abismo que separa o conhecimento científico das crenças que povoam os cérebros dos mais devotos representantes da agricultura no Congresso Nacional. Um triste fenômeno que vai muito além do tosco corporativismo da bancada ruralista. A falta de informação sobre a dinâmica do setor agropecuário e de suas relações com o conjunto da sociedade também causa sérios estragos entre deputados e senadores que querem colocar seus mandatos à serviço dos agricultores familiares e demais categorias rurais desfavorecidas. E talvez não haja mais assustadora ilustração desse choque de mentalidades do que uma comparação entre o que andam dizendo pesquisadores e parlamentares.

Três artigos recentes constituem uma boa amostra do pensamento científico brasileiro sobre a questão: “Agronegócio conservador brasileiro”, de Décio Zylbersztajn (*Valor*, 12/11), “Código florestal: por trás da polêmica”, de Guilherme Leite da Silva Dias (*Globo Rural*, de outubro) e “Segurança Alimentar”, de José Graziano da Silva (*Globo Rural*, de novembro). O primeiro é uma excelente crítica à infantilidade da estratégia comercial que os grandes fazendeiros tornaram inevitável. Seria muito melhor que o Brasil estivesse apostando nas vantagens competitivas de futuro, todas vinculadas a produtos para os quais o conhecimento é determinante e cujas cadeias produtivas continuam amplamente desconhecidas. Em vez disso, o Itamaraty se vê obrigado a defender as vantagens comparativas da exportação de commodities, com uma visão que termina no porto, quando ali deveria é começar. Um conservadorismo tão umbilicalmente ligado à tradição escravocrata que continua limitado a preços, quando o ambiente internacional já é decisivamente determinado por contratos, alianças estratégicas e parcerias.

O segundo é uma excelente análise do conflito provocado pela revisão do Código Florestal, que além de restringir a derrubada de mais florestas nativas para a expansão de fronteira agrícola submete o comércio de madeira a mais controle e fiscalização. Ao reagirem, os protagonistas da ocupação predatória – grupos pecuaristas tradicionais e políticos oportunistas – optaram por um contra-ataque tão extremista que forçará a base de sustentação do governo a isolar os 175 votos ruralistas mediante aliança com os partidos de esquerda. Uma votação atípica que evidenciará a sobrevivência de um conservadorismo próprio à colonização, na qual todo e qualquer avanço parece intimamente associado ao desmatamento.

O terceiro é uma excelente denúncia da persistente e atroz hesitação que bloqueia o surgimento de uma estratégia nacional de segurança alimentar capaz de impulsionar simultaneamente o combate à fome e o desenvolvimento rural. Os quase 70 anos da experiência dos EUA – onde hoje se consagra metade do orçamento do Ministério da Agricultura (USDA) a programas de assistência alimentar – não foram suficientes para que surgisse por aqui um razoável debate público sobre as virtudes de um sistema permanente de subsídios ao consumo de alimentos. Um conservadorismo bem mais recente, portanto, já que a obtenção de segurança alimentar foi um objetivo infinitamente mais desprezado pelas elites que dirigiram o Brasil através do século 20 do que o poderia ter sido pelos senhores de escravos até finais do século 19.

A leitura de algumas edições do *Jornal da Câmara* e do *Jornal do Senado* será suficiente para constatar que dezenas de deputados e senadores nutrem uma irresistível preferência pela contramão das idéias que brotam da comunidade científica. Em vez de se informarem sobre o que foi positivo e negativo nas experiências históricas dos países hoje desenvolvidos, optam por simples cópias das piores facetas do padrão de política agrícola do Primeiro Mundo. Ao clamarem por um tipo de subvenção que proteja o agricultor contra a queda dos preços, pretendem que o valor dessa transferência corresponda à diferença entre o preço médio de mercado e um preço de sustentação pré-estabelecido pelo governo. Ou seja, a preferência dos parlamentares brasileiros é pela forma mais regressiva de subsídio agrícola já inventada. E ainda querem batizar esse anacrônico esquema de recompensa aos agricultores de “seguro-renda”. Talvez com o intuito de disfarçá-lo numa sutil confusão com a real necessidade de um verdadeiro seguro contra frustrações de safra impostas pelos fenômenos naturais incontroláveis que elevam o risco do setor. Claro, são irrisórias as chances dessa pretensão dos parlamentares mais ligados ao setor agropecuário, pois ela promove dois graves choques frontais: tanto contra os pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto contra a ponta de lança do Brasil nas negociações sobre as regras do comércio internacional. Um extraordinário desgaste político que certamente poderia ser evitado, não fossem tão precários os canais de comunicação entre o Congresso e a comunidade científica.

---

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

[www.fea.usp.br/professores/zeeli/](http://www.fea.usp.br/professores/zeeli/)